

**ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

Mês de abril de 2018

3^a

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Jorge José Martins Dias e das excelentíssimas senhoras secretárias, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária e, Carla Alexandra Reis Lousão, segunda secretária. -----

----- Aberta a sessão pelo senhor presidente da Assembleia, procedeu-se à chamada. Verificou-se a existência de quórum para dar início aos trabalhos, estando presentes quarenta e dois membros municipais, dos quarenta e três que constituem este órgão, assim relacionados: -----

----- Jorge José Martins Dias, Ilídio Granjo Vaz, Manuel Luís Varandas, Manuel António Preto, Anabela Mendes Pereira, Sandra Cristina Mendo Moura, António de Jesus Cordeiro, Carla Alexandra Reis Lousão, António Acácio Gonçalves Baptista Cordeiro, Cândido Francisco Fernandes, Altino dos Anjos Aleixo, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilarça, Corina Lopes Falcão Xavier, Alfredo Justino Ribeiro, Luís José Pinto Lopes, José Luís Felgueiras, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Maria Eugénia Batista Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Alberto Oliveira da Costa, António Amálio Oliveira, Pedro Manuel Folhento Bento Pires, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, António Pimentel, Carlos Alberto Telo Figueira, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, Madalena Freitas Canguero, Carlos Alberto Sousa Reis, Daniel dos Santos Ribeiro, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, António José Marcos, Américo Rodrigues, José Pedro Ovelheiro Amaro, António Manuel Silva Frade, Amílcar André Machado e Manuel dos Anjos Garcia. -----

----- De registar a falta de comparência do membro, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco. -----

----- O senhor presidente procedeu ainda à justificação das faltas de comparência dos seguintes membros que, com a devida antecedência comunicaram as faltas e indicaram os seus substitutos: António dos Santos

Aleixo, presidente da Junta de Freguesia de Castro Vicente, substituído por, António Pimentel, secretário; António José Patrão, presidente da Junta de Freguesia de Penas Roias, substituído, por Madalena Freitas Cangueiro, tesoureira e Luís Pedro Martins Lopes, presidente da Junta de Freguesia de Peredo da Bemposta, substituído por, Carlos Alberto Sousa Reis, secretário, prosseguindo com os trabalhos da sessão que contou com a seguinte ordem do dia: -----

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

- 1.1 APROVAÇÃO DE VOTOS DE PESAR.
- 1.2 ATA DA 3.^a SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2018 – Apreciação e deliberação. -----
- 1.3 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA. -----
- 1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----
- 1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

- 2.1 INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (AL. C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – Apreciação. -----
- 2.2 DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO FINANCEIRO DE 2017 – INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E A RESPECTIVA AVALIAÇÃO – RELATÓRIO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DO REVISOR DE CONTAS – Apreciação e deliberação. -----
- 2.3 1.^a REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO 2018 – Análise e deliberação. -----
- 2.4 1.^a REVISÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA DO ANO 2018 – Análise e deliberação. -----
- 2.5 1.^a REVISÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA DO ANO 2018 – Análise e deliberação. -----
- 2.6 ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGANÇA - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGANÇA (ARTIGO 2.º DO ANEXO I DA LEI N.º 36/2014, DE 26 DE JUNHO) – Análise e deliberação. -----
- 2.7 PROPOSTA DE ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO À ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS

ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS – ACEITAÇÃO DOS
ESTATUTOS – PAGAMENTO DA QUOTA ANUAL DO ANO
DE 2018 – Análise, discussão e deliberação. -----

**2.8 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO
PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – Para
conhecimento.** -----

3. OUTROS ASSUNTOS. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- No início da sessão, o senhor presidente solicitou autorização à Assembleia para incluir na ordem do dia um ponto nos “Outros assuntos”, de acordo com o preceituado no artigo 50.º, n.º 2, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, intitulado de “Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Nomeação até 5 representantes das Juntas de Freguesia” e no período de “Antes da ordem do dia” a aprovação de dois votos de pesar. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão de ambos os assuntos, principalmente, o ponto sobre a nomeação dos representantes das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios reconhecida que foi a sua urgência, uma vez que se avizinha a época estival e o problema flagrante dos fogos florestais. -----

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **1.1 APROVAÇÃO DE VOTOS DE PESAR:** - A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar dois votos de pesar, um pelo falecimento da senhora dona, Maria Emília Rodrigues, mãe do ex-membro da assembleia municipal no mandato anterior, Luís Fernandes e o outro pela senhora dona, Maria Lucinda Martins da Costa Afonso, esposa do funcionário da Câmara Municipal, Manuel António Afonso, e ainda apresentar às famílias enlutadas as sentidas condolências. -----

----- De registrar a saída, por volta das dez horas, por um motivo pessoal de força maior, da membro, Amélia Maria Pereira Miguel Machado. -----

----- **1.2 ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE
FEVEREIRO DE 2018 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO:** -
Interveio o membro, José Branco, e disse: -----

----- “Só venho falar sobre a ata porque faltam aqui muitas situações, não vem explícito qual foi a razão e depois uma situação que eu vejo aqui em relação à secretária, Carla Lousão, que não conseguiu deslocar-se da sua residência de Castro Vicente a Mogadouro devido ao mau tempo, mas

também devia ter referido isto para os outros elementos que faltaram. Na chamada também não refere as pessoas que faltaram e mesmo não tendo havido gravação deveria fazer-se referência às pessoas que interviam. Quem ler esta ata não sabe o que se passou. E, eu, nesta situação e, em função de que tive aqui intervenções e não se fez registo. Não tive oportunidade de as enviar e, entendo que a ata não foi feita de acordo com o que aqui se passou, vou abster-me na sua aprovação. Não se faz referência que não foi gravada, por ter faltado a luz e, em relação às pessoas que faltaram à chamada nada refere.” -----

----- O presidente da Assembleia respondeu que subentende-se que as pessoas que não estão aí referidas, as suas faltas estejam justificadas. Consideraram-se justificadas as faltas de todos os membros faltosos. Em relação às intervenções propriamente ditas, disse ao membro, José Branco, que foi enviado via *e-mail* um pedido para que os intervenientes remetessem os textos lidos para que constassem em ata e poucos o fizeram.

----- Disse ainda considerar pouco significativo registar em ata que naquele ponto entreviu este membro ou outro sem que se transcreva a sua intervenção. -----

----- Colocada a votação pelo senhor presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com trinta e sete (37) votos a favor e duas (2) abstenções, aprovar a segunda ata respeitante à sessão ordinária do dia vinte e oito de fevereiro do ano de dois mil e dezoito. -----

----- Não participaram na votação desta ata os membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

----- Apresentou declaração de voto o membro, Ilídio Granjo, que se absteve na aprovação da ata e disse: -----

----- “Vim aqui com a convicção de que iria votar contra porque tenho fortes razões para o poder dizer e concretizar, entretanto tive, digamos, a referência de falar ali com as senhoras secretárias, a dona São que é uma pessoa em quem deposito toda a minha confiança e sei que ela é exímia naquilo que faz, todavia, eu, na sessão anterior coloquei aqui aquelas questões que toda a gente, os que estão aqui, pelo menos sabem que as coloquei e não constaram em ata e fiz esse reparo. Fiz esse reparo, pedi e disse, inclusivamente, que a mesa devia reverter a situação que, em princípio, concretizou foi o não fazer constar e eu acreditava que era um assunto que para nós, PSD, tinha uma capital importância que constasse em ata porque ainda tivemos que o fazer em termos de comunicado e difundido à população, mas telefonaram-me para eu levar lá novamente os documentos para serem recolocados e continuaram a não vir. Por conseguinte, por simpatia que tenho pela secretária e pela mesma, incluindo o senhor presidente, absteve-me. Agora peço novamente que reconsiderem que é importante que os assuntos tratados nesta casa sejam os

essenciais sejam reproduzidos em ata. Se assim não o fizerem é a última vez que eu voto e me abstenho.” -----

----- **1.3 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA:** - A Assembleia tomou conhecimento da informação referente à correspondência recebida e expedida da Assembleia Municipal desde a última sessão. -----

----- O senhor presidente da Assembleia informou também sobre a sua participação em atividades da sua competência ou a convite; sobre o desenvolvimento da sessão de formação “O Novo Código dos Contratos Públicos”, que decorreu nos dias vinte e quatro de março e sete de abril passados, sob a orientação do doutor Marcelo Delgado, dirigida aos membros desta Assembleia, com especial incidência aos senhores presidentes das Juntas de Freguesia; às atividades sobre as comemorações do vinte e cinco de abril, aproveitando para manifestar o seu mais sentido agradecimento a todos os participantes, funcionários e colaboradores do município que contribuíram com o seu melhor para que os objetivos propostos fossem alcançados. -----

----- Informou ainda que, no dia doze de janeiro último participou numa reunião da CIM-TTM onde decorreu a tomada de posse e a eleição da mesa, propunha-se também a eleição do secretariado executivo, o que não veio a acontecer. -----

----- Disse ainda que esteve presente na reunião da Comissão Alargada da CPCJ, onde teve lugar a tomada de posse dos novos membros e tomou conhecimento do plano de atividades; na reunião com os presidentes da Câmara e da Junta de Mogadouro, no congresso da ANMP; na reunião do Conselho Municipal de Educação, onde foram tratados os transportes escolares e itinerários em relação aos nossos educandos, os horários e auscultação do Agrupamento continuar a pertencer ou não ao programa TEIP-Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, onde esteve também presente a vereadora da Educação, Joana da Silva. -----

----- Referiu-se ainda à ação de formação sobre o “Novo Código dos Contratos Públicos”, que teve lugar nos dias vinte e quatro de março e sete de abril deste ano, promovida pela assembleia municipal, dizendo: -----

----- “Neste ponto necessito de fazer um reparo, é um reparo bastante importante. Quando a Assembleia propõe e propôs a nível desta assembleia que fossem feitas ações de formação, ora as ações de formação não são feitas para ninguém aparecer. As ações de formação têm o intuito de esclarecer e formar os interessados. Os interessados, neste caso, são todos os membros eleitos, ora, porventura, pode haver situações em que as pessoas não possam aparecer, concordo plenamente com isso, mas também têm que perceber que o dinheiro gasto tem uma determinada intenção e essa intenção é, e foi o mais positiva possível porque a sessão foi

demasiado importante, principalmente para os presidentes de Junta porque acreditem ou não a maior parte de vós está a trabalhar ilegalmente e essa ilegalidade pode-vos ser implícita um dia destes, portanto, tomem atenção ao que estou a dizer. Os que não foram deviam ter as suas razões, não tenho nada a ver com isso, mas quem não foi deve-se informar suficientemente para estar esclarecido para não ter alguma surpresa desagradável. -----

----- Em relação à outra atividade que eu participei, que muitos aqui, também participaram diz respeito ao vinte e cinco de abril. Vós sois os representantes diretos dessa democracia, de uma democracia que foi conseguida no dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro e têm como dever e obrigação de estar nas comemorações do vinte e cinco de abril – dever e obrigação. Foram eleitos precisamente porque existiu, existe democracia porque se não fosse democracia não estavam aqui. Neste âmbito, vou agradecer porque me esqueci, toda a colaboração prestada pela senhora vereadora da Cultura, Virgínia Vieira, agradecer novamente a todos aqueles que colaboraram nestas comemorações, que eu já me referi no dia vinte e cinco de abril, a Banda Filarmónica e o Corpo Ativo dos Bombeiros e da Direção, respetivamente, e aos funcionários e colaboradores da Câmara, Mário, Hugo, Núria, a todos o meu muito obrigado. -----

----- Intervenção do membro, António Baptista Cordeiro: -----

----- “Como o senhor presidente da Assembleia disse, o vinte e cinco de abril é o dia da liberdade, por isso, dá-nos a liberdade de nós podermos optar de estarmos onde queremos estar. Eu sou a favor do vinte e cinco de abril, somos a favor da liberdade. Houve um encontro do Arcipestado de Mogadouro em que tivemos o bispo de Bragança em Sanhoane. Eu revejome mais, o meu eleitorado tem mais a ver com o bispo do que tem a ver com política e eu fui a essas comemorações. Não é por isso que desrespeito o vinte e cinco de abril porque, como disse, o vinte e cinco de abril é uma escolha em liberdade. Isto é para justificar a minha falta.” -----

----- Intervenção do membro, Ilídio Granjo: -----

----- “Quero corroborar com o que foi dito pelo senhor presidente da assembleia sobre a ação de formação. -----

----- Sobre o vinte e cinco de abril não falo porque tive a honra de representar dignamente o meu partido na assembleia magna que fizemos sobre o vinte e cinco de abril e, por acaso, também fiz alusão ao alheamento dos eleitos que, respeitando-os, também fica a gente assim um bocado com dúvidas. Estou perfeitamente convencido e tive este desabafo, tenho a certeza absoluta de que há Presidentes de Junta que se não fosse o vinte e cinco de abril não o eram. Tenho a certeza absoluta de que há membros da assembleia de que se não fosse o vinte e cinco de abril também o não seriam porque a democracia não funciona. Tínhamos uma ditadura, era quem eles quisessem. A democracia, diz o povo é quem mais

ordena e o povo é que escolhe os seus representantes, mas quanto a isso não quero dizer mais nada. É público, é notório quem quiser ver está ao seu alcance. -----

----- Aquilo que queria falar aqui era sobre a ação de formação que, efetivamente, nós tomamos parte na solicitação quando eu conferi posse à nova Câmara, eu alertei para a necessidade da assembleia ter ações de formação, no sentido de poder, mais de perto, relacionar-se com a legislação atual e, mormente, os presidentes de junta. Devo dizer o seguinte, eu fui à formação e não sou presidente de Junta. Tive a meu cargo na escola as contas públicas, portanto, aquilo para mim não foi muito diferente daquilo que estava a contar. A ação foi de um alto nível. Foi executada com profundidade conhecedora de assuntos técnicos e científicos. E, foi pena, os presidentes de junta não irem porque, efetivamente, tratou-se daquilo que é o mais elementar para os senhores que é fazerem as coisas, às vezes, sem saberem o que estão a fazer e, nomeadamente, os poderes dos presidentes de junta. Os presidentes só têm poderes se a Junta lhes conferir. Estou de acordo com o senhor presidente da assembleia. Foi um investimento que foi feito para todos nós e não foi aproveitado. E quem perdeu no meio disto tudo foram os presidentes de junta porque têm que saber o que estão a fazer porque basta bem, como disse o formador que um compadre se zangue pode haver problemas, dá, imediatamente, perda de mandato. Se daqui amanhã houver outra, repensem bem na vossa estratégia.” -----

----- O presidente da Assembleia lembrou que, no final da sessão serão entregues os certificados de participação aos que estiveram presentes. -----

----- **1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** - Não houve intervenção do público. -----

----- **1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:** - Interveio o membro, Ilídio Granjo, líder do grupo da Coligação PPD/PSD.CDS-PP que disse: -----

----- “Esta moção que trazemos aqui, quem acompanha a imprensa sabe perfeitamente da movimentação e o senhor presidente da Câmara estará mais informado do que eu porque, naturalmente, também lhe vai dizer respeito a ele como dirigente máximo desta autarquia, vem na sequência de movimentações em torno do 2020, ou seja, na semana passada vimos o presidente da Câmara Municipal do Porto, extremamente aborrecido com o Governo, por causa das pretensões que o Governo está a tentar fazer em desfavor das regiões mais abandonadas, mais do interior. -----

----- Passo a ler a seguinte moção: -----
----- “A Assembleia Municipal de Mogadouro, reunida a 27 de abril de 2018 saúda a Assembleia da República pela aprovação da Resolução n.º

1502, XIII Iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD sobre o Portugal 2020 e a sua reprogramação: 1 – Com a aprovação da referida Resolução Parlamentar a Assembleia da República veio recomendar ao Governo que, no âmbito da reprogramação Portugal 2020 não proceda à transferência de dotações dos programas operacionais das regiões menos desenvolvidas, regiões de convergência para os programas operacionais das regiões desenvolvidas, assim como a não eliminação do Portugal 2020, a sua orientação para os resultados e benefícios de uma mera execução não se revelando o mérito dos projetos. 2 – Que garanta que, as dotações dos programas operacionais regionais sejam objeto de reprogramação, sejam utilizadas para reforçar medidas constantes desses mesmos programas, evitando desde modo que sirvam para substituir rubricas prioridades de investimento oriundas de programas operacionais temáticos. 3 – Que garanta que as medidas constantes dos programas operacionais temáticos, objeto de reprogramação, especialmente, o programa operacional de sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos POSEUR conserve a sua abrangência territorial, de forma a manterem-se os mesmos critérios de repartição nacional presentes e estabelecidos, bem como a lógica concursal a que preside a sua aplicação. O grupo municipal da Coligação PSD-CDS/PP apresenta nos termos da al. c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, a proposta de moção. -----

----- Mais se propõe que a presente moção, após a sua aprovação seja enviada ao sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, bem como a todos os Grupos Parlamentares, portanto, isto, é o teor de uma moção que foi feita na Assembleia da República, onde a Assembleia da República, por maioria, decidiu aprovar, apenas houve a abstenção de um partido para ela mesmo ter sido aprovada porque vem no seguimento de três questões fundamentais para a nossa região. Portanto, esta moção vem no seguimento da reprodução do Portugal 2020 que está a ser neste momento negociada em Bruxelas. -----

----- O que se pretende é o seguinte: Nós temos grupos divididos pelo país, grupos concentrados, uns na zona norte, centro, outros na zona sul e o que, neste momento, se está a pensar magicar é que haja desvio destas verbas, do norte para a região de Setúbal, nomeadamente, para Cascais e para ferrovias e não sei que mais! E, neste momento, há uma movimentação, no sentido de impedir que o governo cometa essa atrocidade. -----

----- Segundo, esta Resolução tem como forma de imprimir força e fazer pressão junto do Governo e da Assembleia da República. -----

----- Terceiro, sobretudo, para que não haja desvio de recursos das zonas do interior para as zonas de massificação económica. Isto não tem nada de política, de partidarismo é de tentar que, e estou convencido de que há, essa iniciativa vai ser seguida por todas as assembleias municipais da zona norte

porque efetivamente há essa possibilidade, de desviar aquilo que nós temos direito, no âmbito do 2020, e por exemplo, outras zonas do país, desfavorecendo as nossas e o pioneiro desta grande manifestação política é exatamente a região do Porto que, às vezes, também nos sonega a nós para o Porto, mas desta vez, está connosco. -----

----- Se entenderem que devem votar, votem-na, se entenderem que não devem votar, fica à vossa consideração.” -----

----- O senhor presidente da Câmara Municipal pediu para intervir e disse: ----- “Em relação a esta questão e para que esclareça efetivamente aquilo que se está a passar a nível desta reprogramação tem a ver exatamente com 220 milhões de euros que fazem parte do norte e, segundo, aquilo que é proposta do governo é que saíam do FEDER e passariam exatamente para o Fundo Social Europeu e depois, a partir daí, nós perder-lhe-íamos o rasto. -----

----- No dia 29 de março deste ano, o Conselho Geral da CCDR-N aprovou, por unanimidade, votar contra essa proposta do Governo e nós já em concertação municipal, todas as Comunidades Intermunicipais do Norte, incluindo a Comunidade Metropolitana do Porto, dia 9 de abril, no sentido dos fundos comunitários serem reforçados, exemplo, PROVERE, PARU, enfim, todas essas verbas que nos foram, entre aspas, retiradas, mas que queremos que sejam reforçadas exatamente para podermos aí ainda ir buscar mais dinheiro, as câmaras municipais e juntas. Há uma concertação feita a nível do norte já no seguimento que foi enviado ao primeiro ministro para que isso aconteça. Esta é aquela questão que se põe, são fundos comunitários que fazem parte do Norte 2020, são 220 milhões que estão em causa e que nós pedimos efetivamente que não sejam desviados desta forma para outros fundos que não aqueles que não foram atribuídos pela Comunidade Europeia.” -----

----- Intervenção do membro, Manuel Varandas: -----

----- “Nós, principalmente, os transmontanos, estamos habituados a que, por meios, às vezes, complexos nos seja retirado aquilo a que temos direito. Eu tenho pena que o membro Ilídio, na preparação da reunião não tivesse manifestado a intenção desta moção, que seria uma moção conjunta. -----

----- Eu concordo perfeitamente com ela. Sinto-me na necessidade de votar esta moção e que ela siga todos os percursos que tem que seguir porque, mais uma vez, o interior estava a ser preparado para ser espoliado daquilo a que tem direito e por este caminhar qualquer dia o nosso país inclina-se em direção ao mar e teremos que ir provavelmente na onda e seremos afogados no mar, portanto, eu vou votar esta moção.” -----

----- O membro, Ilídio Granjo, usou da palavra para responder que, à data da preparação desta sessão ainda não tinha conhecimento da moção, nem a tinha na sua posse. -----

----- O presidente da Assembleia disse que a intenção da moção é muito boa e deve ser aproveitada e todas aquelas que são muito positivas, que

enveredam pelo progresso e desenvolvimento do nosso concelho devem ser apoiadas, por unanimidade. -----

----- Colocada a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quarenta e um (41) votos a favor e uma (1) abstenção do Partido Socialista, aprovar a presente moção e enviá-la para conhecimento do senhor ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, bem como a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República. -----

----- A membro, Carla Lousão, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A minha intervenção prende-se com uma atividade que diz respeito a todos nós, que deve ser exercida pelo estado, pelas autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas ou privadas. Esta atividade tem a finalidade de **prevenir** riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, como por exemplo os incêndios florestais e urbanos, a seca, as ondas de calor, as vagas de frio, os deslizamentos de terra, entre outros. Além de prevenir, esta atividade também tem por finalidade **atenuar** os efeitos da ocorrência desses riscos, **proteger e socorrer** as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram, bem como **apoiar a reposição** da normalidade. -----

Dito de outra forma, essa atividade é a proteção civil, a qual se encontra organizada na Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto que altera e republica a Lei n.º 27/2006 de 2006, de 3 de julho que aprova a lei de bases da proteção civil. -----

Esta atividade, na qual todos temos responsabilidades, assenta na premissa de colocar no centro do sistema o cidadão. Por um lado, porque a principal finalidade da proteção civil é proteger a vida dos cidadãos perante a ocorrência de situações de emergência. Mas também porque o cidadão deve ser o primeiro agente de proteção civil, adotando comportamentos preventivos e minimizando o risco de ocorrência de situações de emergência. Mas, para que isto aconteça, é necessário que o cidadão esteja devidamente informado e sensibilizado para uma cultura do risco e as respetivas medidas de autoproteção, o que muitas vezes não acontece. Hoje em dia, é fundamental educar, sensibilizar e inculcar uma consciência do risco desde o início da escolaridade, para que as crianças sejam mais preparadas para conhecer, reconhecer e evitar os eventuais riscos a que possam estar expostas. Saliento ainda que a informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades é um dos objetivos e domínios da proteção civil. -----

Se pensarmos nesta atividade, ela está organizada por níveis hierárquicos: desde o nível nacional, ao distrital, municipal e local, onde se deve respeitar o princípio da subsidiariedade. -----

A lei de bases prevê no seu artigo quadragésimo terceiro (43º) que a comissão municipal de proteção civil possa determinar a organização de

unidades locais de proteção civil correspondentes ao território da freguesia e presididas pelo presidente da Junta. Estas unidades, também são recomendadas no manual “ Guia de apoio à implementação - Aldeia Segura, pessoas seguras ”, publicado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, este mês de abril, tendo por base a implementação a nível local de um conjunto de sugestões e boas práticas para fazer face à ocorrência de incêndios rurais e deste modo proteger as pessoas e os seus bens. -----

De acordo com a alínea o) do n. 1 do art.18.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, é competência do Presidente da junta de freguesia, “presidir à unidade local de proteção civil”, sendo ele o responsável local pelo cumprimento dos objetivos e atividades da proteção civil, sempre em estreita ligação com os serviços municipais. -----

Apesar de na prática, a organização destas unidades locais, não serem propriamente fáceis de implementar, em virtude da dimensão das freguesias, da necessidade de meios técnicos, humanos e materiais, é minha opinião que apesar de não estarem constituídas formalmente, as juntas de freguesia tem um papel primordial na prossecução dos objetivos, atividades e princípios da proteção civil, onde saliento o princípio da prevenção, que refere que “os riscos de acidente grave ou de catástrofe devem ser considerados de forma antecipada, de modo a eliminar as próprias causas, ou reduzir as suas consequências, quando tal não seja possível;” -----

Neste sentido, torna-se muito importante a colaboração e a coordenação entre as juntas de freguesia e os serviços municipais, para a prevenção de riscos, pois as juntas de freguesia representam uma estrutura de proximidade conhecedora profunda da realidade local, com conhecimento de causa para identificar as vulnerabilidades do seu território e apoiar a implementação de medidas de prevenção e apoiar uma primeira intervenção. Por outro lado, os serviços municipais possuem os meios, os recursos e as parcerias. -----

Aproxima-se uma época onde aumenta a probabilidade de ocorrência de um dos maiores riscos coletivos, que são os incêndios florestais. De acordo com IPMA, prevê-se um verão de 2018 muito quente o que a juntar às condições naturais do território e ao estado da vegetação em determinados locais, ficamos perante fatores de perigosidade. Mais uma vez o princípio de prevenção deve estar bem patente, e pode ser necessário ir mais além das recomendações e exigências por parte das políticas nacionais. -----

Senhores presidentes de Junta, como atores principais e fundamentais da vossa freguesia, tenham consciência dos riscos a que estão expostos. Tentem reunir o máximo de informação sobre o vosso território, pois a informação e o conhecimento são a base para a tomada de decisões e consequentemente para definir planos de ação. -----

- Identifiquem as áreas de maior risco, seja para incêndios florestais, deslizamentos de terras ou até mesmo para incêndios urbanos, pois não

- nos podemos esquecer da existência de casas devolutas que existem nas localidades, que representam um fator de risco acrescido; -----
- Quais as vulnerabilidades do vosso território? -----
 - Peçam informação, a quem de direito, e consultem o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, de modo a obterem informação específica e técnica, tal como o nível de risco de incendio; -----
 - Peçam colaboração para obterem a cartografia da vossa área, o que torna mais fácil visualizar e identificar as situações no terreno; -----
 - Referenciem e identifiquem as infraestruturas existentes ou necessárias; ----
 - Façam o levantamento e a manutenção da rede de pontos de água; -----
 - Mantenham a rede viária limpa, operacional e transitável, principalmente os caminhos rurais; -----
 - Façam o recenseamento real da população que habita normalmente a freguesia, para a poderem identificar em caso de necessidade; -----
 - Prevejam um local de refúgio, para proteção da população em caso de ocorrência de acidentes; -----
 - Informem a vossa população sobre: -----
 - Comportamentos de riscos, -----
 - Boas práticas de limpeza de terrenos, nomeadamente na construção e manutenção de faixas de gestão de combustível, -----
 - As regras de uso do fogo, na utilização e diferença entre queimas e queimadas, -----
 - Onde se podem informar sobre o nível diário do risco de incêndio florestal para não incorrerem em coimas na realização do uso do fogo, ---
 - As medidas de autoproteção, ou seja, como atuar e proceder perante uma situação de incêndio florestal, de uma onda de calor, entre outras situações de risco. -----

Como por vezes, a participação da população em sessões de esclarecimento e sensibilização e a consulta a informação / notícias no website do município pode ser escassa, logo, estas e outras pequenas informações, podem ir chegando à população através de pequenas mensagens e alertas através da missa dominical, ou até como informação a disponibilizar na página oposta da carta da água que mensalmente chega aos munícipes; -----

- É também, muito importante, acautelar e sensibilizar os proprietários agroflorestais para a limpeza de terrenos fora do espaço habitacional. Pois existem situações em que o mato invade de tal forma os terrenos que daqui por meia dúzia de anos, que espaço ocupara essa vegetação? Como estará a carga de combustível? Elevada com toda a certeza e os locais com dificuldade de acesso. Se a desertificação e o abandono dos campos continuar, como vai ser? O que pode acontecer a este território que possui uma paisagem tão singular e característica? -----

- Sr. Presidente da Câmara será importante avaliar a suscetibilidade, vulnerabilidade e probabilidade de ocorrência de deslizamentos ao longo da rede viária situada ao longo do rio sabor, e estabelecer ações preventivas. Seria também importante, ser estabelecido um plano de ação para a freguesia de Castro Vicente para minimizar as consequências aquando da ocorrência de tempo adverso, neve e gelo. Compreendo que ficamos afastados da sede de concelho onde estão reunidos os meios, mas não podemos ficar esquecidos. - Não pensemos que apenas acontece aos outros, às vezes quando menos esperamos, o risco bate à porta! -----
É necessário que tenhamos uma atitude ativa e dinâmica para fazer face à ocorrência de eventuais riscos, e estarmos preparados para proteger e defender a população e o território, e desta forma contribuir para a sua sustentabilidade; -----
Que tenhamos a capacidade de aprender com os erros e os riscos que ocorreram no verão de 2017, nomeadamente os incêndios florestais e a seca ! Que tenhamos a capacidade de tornar o nosso concelho mais informado, mais preparado, mais participativo, e mais resiliente.” -----
----- Intervenção da presidente da Junta de Freguesia de São Martinho do Peso, Maria José Fernandes: -----
----- “Sou novata, Sou caleira nestas lides e ainda não me sinto muito à vontade para falar em público. Queria dizer duas palavrinha relativamente à formação que houve e que, eu, por acaso estive presente. Nessa formação foi abordado e, com muito interesse e muitos problemas, com que nós nos debatemos no dia a dia, principalmente, os presidentes de Junta na administração das nossas freguesias. -----
----- Quero deixar uma recomendação ao senhor presidente da câmara: deveria ser criado um gabinete de apoio jurídico, técnico e administrativo às Juntas de Freguesia e também ser criado um regulamento relativo à cedência de equipamento, de máquinas, apoio material para limpeza de caminhos e charcas e, nesse regulamento constar o número de dias que caberia a cada freguesia, tendo em conta a extensão e as necessidades, claro que há prioridades, mas sem interesses. Temos que ser isentos e imparciais e servir toda a população. -----
----- Outra coisa que gostava de referir. O nosso concelho, o nosso território, Portugal inteiro, o nosso desenvolvimento até a nível nacional, mas, em particular, a nível da nossa região, pela agricultura e pelo turismo. Acho que devem ser criados incentivos para o apoio ao turismo. As nossas aldeias estão a ficar desertas, as casas abandonadas, a caírem e, penso eu, se houvesse incentivos também, a nível municipal, para as resturar, com vista a criar espaços turísticos, penso que haveria muita gente nova a fixar-se mais na nossa região. Seria importante a Câmara pensar neste assunto.” -----
----- Intervenção do membro, José Branco: -----

----- “Venho para falar sobre o estado das ruas na vila de Mogadouro, estão uma miséria por causa da instalação das condutas do gás natural. Concordo em pleno com a obra, mas não concordo com a maneira como está a ser feita. Senhor presidente da Câmara porque não põem a ligação em todas as habitações? As pessoas depois escolhem se querem ter acesso ou não. A situação vai levar a que os arruamentos andem sempre esburacados e com obras. Não sei se há fiscalização. -----

----- Senhor presidente da Câmara porquê a alteração do frade (estátua) aqui no largo do convento? Sabia que no local onde estava o frade existiu, em tempos, um poço? Gostaríamos de saber a razão da sua deslocalização. Era estorvo para alguma atividade? Se calhar o S. Sebastião e o Trindade Coelho qualquer dia também vão mudar de sítio! -----

----- Em relação ao S. Sebastião. Neste momento, há lá quatro floreiras que evitam o trânsito de circular à sua volta, mas agradecia que quando fossem retiradas as floreiras fosse colocada alguma sinalização a proibir a circulação. Sabe que já houve um acidente no local? -----

----- Outro assunto que quero aqui colocar é sobre a questão das águas em alta. O que anda por aí a rumar? O processo de saída das Águas de Trás-os-Montes está em curso, há já uns anos, mas agora soube-se que a Câmara vai fazer um acordo com a empresa Resíduos do Nordeste ou com outra ligada à CIM-TTM, gostaríamos de ver esse assunto esclarecido. -----

----- Ainda outra questão, senhor presidente da Câmara. Na semana do dia quinze de março passado, altura em que choveu muito e houve uma inundação nas bombas da BP, na reta de Vale da Madre, por via do aqueduto das águas residuais públicas não ter suportado o caudal. Sabendo que o proprietário apresentou na Câmara uma queixa nessa data, como está a decorrer a sua resolução. -----

----- Finalmente, quero dar os parabéns pela belíssima intervenção da membro e primeira secretária da Mesa, Carla Lousão, nesta sessão, mas lembro-lhe que a Câmara tem um gabinete da Proteção Civil que é responsável pelo concelho de Mogadouro, incluindo a limpeza dos terrenos não são os presidentes de Junta. Quanto às prioridades na limpeza dos caminhos rurais a Câmara é que se impõe e isso irá sempre acontecer.” -----

----- Intervenção do presidente da Junta de Freguesia de Saldanha, Rui Fernandes: -----

----- “O que me traz aqui vem na sequência da intervenção da secretária, Carla Lousão, e tem a ver com a limpeza de terrenos. Ora bem, este ano, o Governo publicou o Regulamento n.º 44, que prevê que os proprietários, arrendatários e usufrutuários têm que limpar os terrenos, mas diz, no n.º 6: “Verificando-se o incumprimento referido nos números anteriores, a Câmara Municipal procede à realização dos trabalhos e gestão dos combustíveis com a faculdade de ser ressarcida.” Quer dizer, pode depois receber dos proprietários? E queria também alertar para mais o artigo 18.º que diz:

“Quando se trate de uma linha de água inserida em aglomerado urbano cabe ao município a responsabilidade referida no número anterior.” Era só isto.” --

----- Intervenção do presidente da União de freguesias de Brunhosinho e Sanhoane, Agostinho Fernandes: -----

----- “O meu assunto principal é a ação de formação. Estive a trocar algumas impressões com a senhora presidente da junta de freguesia de São Martinho do Peso, Maria José, ambos achamos ter sido muito importante para nós e, eu já tido estado noutra formação com o formador, o dr. Marcelo Delgado. É claro que os presidentes de Junta não estão a trabalhar bem, tendo em conta o que disse o dr. Marcelo, mas o senhor presidente da Assembleia vir dizer nesta assembleia que estamos a trabalhar ilegalmente, é forte! Estaremos a trabalhar mal, mas se é ilegal ou não iremos ver. -----

----- Em meu entender, a formação que decorreu foi muito importante, mas falta-lhe depois toda a logística administrativa porque os presidentes de junta não têm dinheiro, não estão a tempo inteiro, como tem a câmara que tem funcionários a trabalharem para os presidentes e para os vereadores. Nós não somos doutores e para entender todos aqueles decretos e leis é preciso lê-lo ou ler muito. Digo-lhe, quanto a mim, a Lei n.º 75 já a conheço quase toda, mas para os presidentes de junta é muito difícil sem o apoio da Câmara. A Câmara tem um gabinete jurídico, mas não podemos cair aqui todos os presidentes. Eu, em tempos, já fui apoiado pelos seus trabalhadores em um ou dois processos e sei que se arrastaram muito tempo. A câmara deveria criar um gabinete ou ter uma pessoa que recebesse os nossos telefonemas e que nos receba quando precisamos porque, claro, nós ligamos para o vereador, eu ligo muitas vezes ao senhor vereador, Evaristo Neves, e, honra lhe seja feita, atende-me, mas depois as coisas não saiem! Quando ligo para o senhor Familiar, o funcionário da câmara e lhe pergunto alguma coisa responde-me que os políticos é que mandam ... Neste assunto reforço as palavras da presidente, Maria José. Nós, presidentes de junta colaboramos muito com a câmara. Nós só para afixarmos tanto papel em locais de visibilidade já temos que nos mexer bastante. -----

----- Em relação às comemorações do vinte e cinco de abril não estive presente porque tivemos que receber na nossa localidade o senhor bispo de Miranda-Bragança. O senhor presidente da Assembleia disse que era um dever e uma obrigação estar presente. Eu entendo que dever é, obrigação já não é assim tanto. -----

----- Quero dirigir-me ao senhor presidente da Câmara para que me esclareça sobre dois pontos. Há dias, fiz uma viagem para o concelho de Miranda e apercebi-me que, logo a seguir a Brunhosinho, na estação de Urrós estão a mexer na linha do caminho de ferro e ouvi que é para mexer por aí fora em toda a linha. Gostaria de saber o que pretende fazer, o que vai acontecer. -----

----- Outra coisa é o seguinte: há uns dias atrás, umas pessoas da aldeia disseram-me que havia alguém a tirar uns pontos em Sanhoane, uma equipa, provavelmente eram topógrafos, não sei! E perguntaram-me o que se estava a passar e eu não soube responder. Eu, na qualidade de presidente da junta deveria saber. Foi humilhante! E fui ignorante. Não fique chateado, senhor vereador por dizer que foi humilhante. -----

----- Quanto à distribuição das máquinas para a reparação dos caminhos também concordo com a posição da senhora presidente, Maria José. Deverá ser regulamentado.” -----

----- Intervenção do membro, Ilídio Granjo: -----

----- “Quero dizer, em primeiro lugar, que agradeço a intervenção que fez a membro, Carla Lousão, no âmbito da proteção civil, que demonstrou que valoriza o nosso concelho e, no essencial, visou um apelo aos presidentes de junta para que colaborem e interajam com a proteção civil, no sentido de melhor proteger e preservar a nossa floresta. Como técnica na área, expôs os seus conhecimentos e sensibilizou-nos para as nossas responsabilidades. Muito obrigada pela sua intervenção que deveria ser feita pela proteção civil. O ano passado foi desastroso e este está-se a preparar para prevenir. Deveremos ouvir da parte do senhor presidente da câmara ou de quem a sua vez fizer, informar neste momento a Assembleia do que está a ser feito em termos de cumprimento da lei, das áreas limítrofes das habitações, das estradas públicas por onde passamos. Que nos esclareça e que nos fale do diagrama das intervenções que estão a ser feitas. Fizeram uma boa intervenção no abate e material lenhoso na estrada que vai para o Azinhoso, a EN 219, mas não foi retirado, ficou lá, nas valetas. Aparam-se as árvores, está bem, mas o material deve ser retirado. É um alerta!” -----

----- Intervenção do membro, Alfredo Ribeiro: -----

----- “Antes de iniciar esta minha intervenção, quero deixar uma palavra de estímulo e de conforto aos nossos presidentes de junta, aqui visados, hoje. Presidentes de junta pelo trabalho herculiano que desenvolvem com fracos recursos, com tantas responsabilidades acrescidas todos os dias. É motivo para questionar onde pára o correspondente envelope financeiro. -----

----- Passaram mais de seis meses desde as últimas autárquicas. Muitas perguntas se impõem e clamam respostas. Seis meses que atestam o executivo autárquico, que não obstante a legitimidade do voto tem sido incapaz de responder factualmente à importância e função desse reconhecimento. Já o referi noutras circunstâncias e repito-o hoje. Governar não é ostentar títulos. Governar não é sinónimo de demonstração de poder no que, a sua versão redutora comporta. Governar é decidir por todos, em nome de todos, tendo como princípio e fim uma estratégia de desenvolvimento capaz de galvanizar e potenciar os recursos económicos e sociais do concelho. Objetivamente, Mogadouro não goza de um governo autárquico que responda a esse caminho tão vital para o território. Se é assim leiam o

pensamento de alguns. O que temos? Eu respondo. Temos um governo autárquico de deslumbramento e não do conhecimento. Um governo autárquico que é estranhamente apologista de uma economia estatizante assente num mau princípio, quanto mais dependente do Estado a autarquia melhor, ao invés de ser defensora de uma economia que flua em função do risco e da iniciativa dos privados. -----

----- Exma. Assembleia, na última sessão da Assembleia Municipal lancei o repto do espírito de construir pontes para o futuro do concelho. Esta proposta, como estão recordados mereceu a anuência unânime da bancada do Partido Socialista pela voz do seu líder, o membro Manuel Varandas, a que se juntaram palavras amáveis do líder da bancada do meu partido, do meu companheiro, Ilídio Granjo, e do exmo. sr. presidente da Câmara. Este repto, como de certo, se recordam, visa estabelecer um pacto de regime autárquico a que todos se comprometam a bem do futuro coletivo do nosso concelho e do futuro geracional que se lhe associa. -----

----- Exmo. Executivo, exma. Assembleia, falo-vos de um pacto de regime autárquico, alicerçado em eixos fundamentais, como a educação, a economia, a captação de investimento e as relações transfronteiriças. Todos estes eixos se cruzam e se relacionam entre eles, mas entendo que há um que funciona como denominador comum, a economia. -----

----- Tive a oportunidade de partilhar com esta Assembleia para além de outras questões, as minhas preocupações, o decréscimo populacional, o envelhecimento, o êxodo da população, a educação, entre outras temáticas. Todas estas questões são de suma importância, no entanto, independentemente, da forma como as debatamos, iremos confrontar-nos sempre com a economia. O mesmo é dizer, é na temática da economia que devemos fazer o nosso esforço de entendimento, um esforço sincero porque é isso que os nossos concidadãos esperam de nós e ao qual devemos aceder no estrito cumprimento do superior interesse do concelho. -----

----- Exmo. Executivo, exma. Assembleia, o desenvolvimento de Mogadouro está acima de qualquer interesse ou pretensão político-partidária, individual ou coletiva. Volvidos 44 anos do 25 de abril, temos de ter a inteligência e a maturidade política para conseguirmos ver para além do muro. Os anos passam e as oportunidades perdem-se. Tenhamos consciência que é imperioso a elaboração de um plano estratégico global de desenvolvimento integrado, mas faseado assente em políticas de visão macro que permitam por-nos de acordo no essencial desenvolvimento do concelho para, posteriormente, numa fase de maior maturidade deste plano discutirmos as políticas de visão micro. -----

----- Falo-vos de um plano estratégico de desenvolvimento integrado de médio e longo prazo que nos conduza para um Mogadouro daqui a cinco, dez ou vinte anos. Um plano que os nossos concidadãos atuais e vindouros se orgulhem. Um plano que se consubstancie nas linhas orientadoras para o

desenvolvimento económico do concelho e permita definir as políticas estratégicas para o futuro deste executivo e dos que lhe sucedam. -----

----- Exma. Assembleia, a política económica do município não deve ser feita de medidas desgarradas e indiferenciadas de cariz mais ou menos clientelares. A política económica carece de planeamento, visão e futuro. O atual executivo preconiza uma medida de apoio e incentivo à criação de emprego, uma medida de enaltecimento, todavia, ela não é mais do que uma política discricionária já que trata de forma igual aquilo que é diferente. Essa pretensão devia estar alinhada com uma estratégia de desenvolvimento devidamente planificada. -----

----- Exmo. Executivo, exma. Assembleia, pela sua ação, o atual executivo tem uma visão estatizante da economia. Este executivo tem intervenção direta em empresas, dá ordens diretas aos seus gerentes e funcionários. Estabelece uma hierarquia e dependência e define horários de trabalho. Isto é intervenção. Dir-me-ão que este expediente foi uma prática iniciada pelo executivo do PSD, pois eu digo, essa prática está errada e o atual executivo ao dar-lhe continuidade está a praticar um erro extra. -----

----- Exmo. Executivo, exma. Assembleia, bem sei como o nosso tecido empresarial enfrenta os desafios do dia-a-dia porque parte do meu trabalho é vivido nesses meios e porque os empresários e os agentes sociais procuram-me e falam comigo. Apesar da comunicação nos falar do mundo idílico do prof. Centeno, quem trabalha no mundo real, na economia real, tem bem a noção das dificuldades vivenciadas pelas PME's. São vários os empresários locais que me relatam as dificuldades com que são confrontados para gerirem as suas empresas. Acresce aos custos de contexto decorrentes da interioridade a sangria de perda de população. É usual ouvirmos expressões como, "não há gente" ou ainda "não entrou aqui uma alma". Não tenhamos ilusões. Só há uma forma de fixar as pessoas. É por via do investimento que cria empregabilidade. -----

----- Sr. presidente, exma. Assembleia, o futuro constrói-se com ambição, planeamento e contributos. Partilho os meus, na certeza de que estou a contribuir para que Mogadouro seja um território de progresso e desenvolvimento." -----

----- Em resposta, o presidente da Assembleia disse que gostaria de ver nesse plano estratégico uma funcionalidade prática, que fossem apresentados meios práticos ou que, nos dessem exemplos práticos, que apontasse caminhos práticos e sérios dentro das possibilidades do nosso concelho. Que, as ideias são boas, são positivas, falta-nos a prática e, é preciso sabê-lo, disse, há coisas que não sabe. -----

----- Intervenção do presidente da Câmara Municipal: -----

----- "Queria responder a algumas questões que foram colocadas, mas aquela que a membro, Carla Lousão, nos trouxe, proteção civil, situações de risco que está acrescido depois de um verão de dois mil e dezassete

preocupante. Já agora começo por dizer o seguinte: eu sou o presidente da Comissão Distrital da Proteção Civil do distrito de Bragança, por incumbência, fui eleito e, já houve a primeira reunião, no dia 19 de abril, mas esta comissão, de facto, ao longo de 4 anos atrás fez pouco trabalho, poucas reuniões, mas nós já tivemos o início, efetivamente, aquilo que é a preparação e a preocupação, mas dizer-vos o seguinte, a membro, Carla Lousão, também levantou várias questões dos presidentes de Junta, da obrigatoriedade de eles estarem presentes. -----

----- A Resolução do Conselho de Ministros, diz isso, a n.º 157-A/2017, de 21 de outubro, que criou os programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras” e vai ser feita agora a distribuição de um livro onde está escrito aquilo que é necessário em casos de emergência. A Autoridade Distrital de Proteção Civil irá fazer uma ação concertada com as juntas de freguesia porque terá que ser a própria junta a indicar os “Oficiais de Segurança” que serão o elo de ligação entre as forças da proteção civil e a aldeia em si e essa formação irá só agora, só esta semana chegou para disponibilização esse memorando para distribuir. Serão feitas, também, em Mogadouro, uma ação com as freguesias para podermos, com a Autoridade de Proteção Civil percebermos o que se pretende fazer. Já foi feita uma no mandato anterior, onde estiveram presentes os senhores presidentes, na qual foram distribuídos os coletes com a identificação “Proteção Civil Presidente da Junta de Freguesia”. -----

----- Foi efetuado um levantamento juntamente com a GNR, grupo GIP’s em que os proprietários dos terrenos em más condições fizessem a sua limpeza. A Câmara irá fazer depois de passado o prazo, já que ele agora foi prorrogado e mediante os autos que eles irão levantar irá proceder à limpeza de terrenos. Não vamos agora passar por cima dos proprietários. O município tem obrigatoriedade de limpar os terrenos depois de passar o prazo concedido aos proprietários. -----

----- Também foi feito este ano um levantamento de todos os pontos de água no concelho, estão referenciados para que também a nível aéreo possam ser localizados facilmente, sendo que Mogadouro não tinha rede primária. Temos, sim, 4 freguesias que fazem parte da primeira prioridade, Castelo Branco, Meirinhos, Urrós e Bemposta. Foram identificadas a nível estatal. Como segunda prioridade temos 5, Saldanha, São Martinho, Bruçó, União de freguesias de Ventoselo e Vilarinho dos Galegos e freguesia de Peredo da Bemposta. Tem também uma prioridade acrescida não ficando as outras de fora. Não estão nas prioridades, mas têm certamente situações idênticas às de outras e algumas foi por histórico. -----

----- Todas as pessoas têm que ter preocupação de prestar auxílio, de ajudar e de colaborar com a proteção civil, não só do concelho, mas também a nível nacional. Preocupação também dos efetivos que irão estar nos corpos dos bombeiros. Não há limite financeiro. A nível distrital há um problema acrescido que é, se calhar, não vamos ter gente para criar essas equipas e é

preocupante. Deve-se reforçar as equipas permanentes nos corpos de bombeiros. O município de Mogadouro demonstrou disponibilidade financeira para isso. O mínimo seriam quatro e só temos uma, espero que se consiga esse reforço por parte do governo. -----

----- Dizer-vos também que, a partir do dia 1 de maio, vamos ter um helicóptero no distrito. Prevê-se um verão quente e muita manta morta que vai proliferar os incêndios. Não temos tido grandes preocupações com os proprietários dos terrenos. Há um aglomerado ou outro, mas sem grandes preocupações que se os proprietários não fizerem a limpeza deverá ser o município a fazê-la. -----

----- Mogadouro tem sido apontado como município exemplo, contrariamente, aquilo que, alguém, há 4 anos atrás, nos apelidava quando compramos a bulldozer. É o melhor combate que podemos ter na primeira linha para os fogos florestais. Tivemos em Mogadouro três cursos de formação de máquinas de rastos para cinco distritos do norte do país pelo comandante, Rui Esteves, especialista em máquinas de rastos. Eu penso que aquele alerta que a membro, Carla Lousão, deixou aqui está bem explícito e os senhores presidentes de junta percebam que têm responsabilidades, claro que não têm meios como as câmaras só têm aqueles que são conhecedores. A freguesia de Castro Vicente nunca foi esquecida pelo Corpo de Bombeiros. Teve todas as situações criadas, mas nada foi avante, com muita pena. Eu acho que deveria haver dois postos de comando, ali e em Bemposta, nestes dois extremos. -----

----- À presidente da Junta, Maria José, queria dizer que a câmara sempre que as juntas lhe solicitem apoio técnico ou jurídico prestará sempre esse apoio. Não há necessidade de criar um gabinete específico. Temos uma jurista e, dentro daquilo que nos é solicitado dá sempre ajuda. Podem pedir ajuda sempre que necessitem. -----

----- O Regulamento de Apoio às Freguesias já existe, não temos que criar outro, fazem-se adaptações, se houver necessidade de as fazer. -----

----- Quanto ao apoio ao turismo é importante que ele exista, mas a câmara não se consegue sobrepor àquilo que são os apoios e há muito pouco dinheiro no PDR. -----

----- A questão colocada pelo membro, José Branco, também é importante e estamos desagrados com a situação que é a rede de gás que está a ser instalada por parte do Estado na vila. A Sonorgás é detentora da licença e tem acontecido o seguinte, abrem e não fecham. Já pedimos uma reunião à empresa para ver se estabelecemos regras. Só estão a colocar os ramais a quem já pediu e eu disse que não podia ser, tem que haver informação para as pessoas pedirem. -----

----- Quanto ao frade, mudamos a sua localização, já era para ter sido feito há quatro anos porque impedia que pudessemos fazer eventos ali no recinto como antigamente eram feitos. Este é um local próprio, tem uma acústica que

eu conheço, melhor do que ninguém porque já cheguei aqui a tocar e, de facto, este espaço é nobre, é único e nós pretendemos aqui voltar a ter alguns dos eventos que antigamente se faziam. Proximamente, iremos divulgar aquele que será o primeiro de muitos dos eventos que até ao final de agosto iremos fazer. -----

----- Outra questão, sobre as Águas do Norte. Já foi aprovada, aqui, a possibilidade de aderirmos a uma intermunicipalidade das águas. A Resíduos do Nordeste já alterou o seu objeto social, já faz parte também do sistema das águas em alta e em baixa, da qual fazem parte treze municípios. Mogadouro é um caso e já foi colocado ao secretário de Estado. Há dezoito anos que saiu das Águas do Norte, onde nunca estive. Nós não fizemos a quota inicial e não houve investimento. Já conseguimos sentar-nos à mesa com representantes da empresa e, finalmente, perceberam que aqui nunca fizeram nenhum investimento, à exceção de Castro Vicente – a barragem da Camba. Mogadouro não tem dívida reconhecida e queremos de uma vez sair. Queremos entrar nesta municipalidade que vamos ser obrigados. Quando houver novidades daremos conhecimento ao executivo. Irá ser criada uma comissão de estudo para nos ajudar. -----

----- Sobre a inundação das bombas da BP, tenho a dizer que os serviços técnicos da câmara estão a avaliar o problema para perceber o que realmente ali se passou. Quando tivermos o resumo informaremos. -----

----- Quanto às linhas de água terão que ser tiradas licenças junto da Agência Portuguesa do Ambiente para poderem ser efetuadas as limpezas. A câmara não mexe em nenhuma linha de água sem autorização da APA. -----

----- Sobre a linha da CP, nós vamos receber a linha conforme ela está quando estiver toda desobstruída e tenha as passagens como tinha antigamente. A CP está a desenvolver esforços nesse sentido, só que também tem que cumprir com a lei que está em vigor. A empresa está a fazer a limpeza das linhas porque foi notificada pela proteção civil para o fazer. -----

----- Sobre o pacto autárquico é importante que se faça. Deixamos o repto para criar uma comissão onde estejam todos integrados.” -----

----- Intervenção do presidente da assembleia: “Concordo também que o pacto estratégico deve ser elaborado por pessoas conhecedoras dos pontos precisos para que o nosso concelho desenvolva para uma situação mais positiva. -----

----- Gostaríamos que a Câmara nos enviasse uma cópia do Regulamento de Apoio às Juntas de Freguesia do concelho para o remetermos aos senhores presidentes e membros desta Assembleia para conhecimento e análise.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- 2.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO

FINANCEIRA DO MESMO (al. c) do n.º 2 do artigo 25.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro): - Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia apreciou e tomou conhecimento das atividades que constavam nas agendas de trabalho do senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães e dos senhores vereadores em regime de permanência a tempo inteiro, Evaristo Neves, Joana da Silva e Virgínia Vieira, no período compreendido entre a última sessão ordinária e esta. -----

----- Quanto à situação financeira do município de Mogadouro, à data de doze de abril de dois mil e dezoito, era a seguinte: -----

“Dívida em 12/04/2018 -----

– A fornecedores	296.604,37€ -----
– A empreiteiros	0,00€ -----
– Empréstimos em dívida	1.963.527,99€ -----
– Leasings	0,00€ -----
– Encargos para o presente ano	459.821,96€ -----
Saldo em 12/04/2018 -----	
– Orçamental	2.228.102,25€ -----
– Operações de tesouraria	452.668,87€ -----
– Em documentos	42.122,26€ -----
– Fundos comunitários a receber	66.128,77€.” -----

----- **2.2 DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO FINANCEIRO DE 2017 – INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E A RESPECTIVA AVALIAÇÃO – RELATÓRIO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DO REVISOR DE CONTAS – Apreciação e deliberação:** - Começou por usar a palavra o senhor presidente da Câmara para dizer o seguinte: -----

----- “O relatório de gestão é um instrumentos importante no diagnóstico e avaliação da evolução da atividade do município, não só porque a sua função é facultar a leitura dos indicadores económicos e financeiros em relação ao período em análise, mas também porque permite verificar com rigor o modo como os recursos foram utilizados e também o nível de eficiência e eficácia atingidos na prossecução dos objetivos estabelecidos, nos termos e das decisões dos órgãos autárquicos competentes, especialmente quando da aprovação dos documentos previsionais. -----

----- O presente documento é elaborado à luz dos princípios na estrita observância dos normativos legais que lhe respeitam num exercício que visam elucidar os titulares dos órgãos autárquicos e os munícipes em geral sobre os seguintes indicadores: a execução orçamental da despesa realizada e o montante da receita arrecadada e os desvios da proposta inicialmente

aprovada, não esquecendo a avaliação do grau de concretização das Grandes Opções do Plano inscritas no Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades mais relevantes; a situação económica do Município no final do ano de exercício sujeita a análise segundo uma perspectiva de evolução de gestão dos diferentes setores de atividade, nomeadamente, no que respeita aos investimentos realizados, às estruturas de funcionamento e respetivos custos e proveitos; a situação financeira reportada ao momento de encerramento do exercício, de acordo com os indicadores de gestão financeira apropriados, análise dos balanços e demonstração dos resultados; a evolução do passivo do município, considerando a sua antiguidade e separando as dívidas de curto prazo, médio e longo e de terceiros; a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício e, finalmente e, caso se venham a verificar, os factos que sejam considerados relevantes e tenham ocorrido após o fecho do exercício. -----

----- De acordo com o estabelecido no POCAL a análise aos resultados atrás referidos é apresentada em duas perspetivas distintas, primeira na perspetiva orçamental onde estão apresentados os níveis de execução do orçamento numa ótica de caixa, contemplando numa análise orçamental toda a receita arrecadada, bem como toda a despesa realizada e na perspetiva patrimonial que estão expostas as contas de maior relevo e inscritas nos principais documentos contabilísticos, ou seja, no balanço, na demonstração dos resultados e seus correspondentes anexos. Por outro lado, estes documentos refletem do ponto de vista financeiro à data de trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete o património municipal, o passivo, a origem da formação de resultados e ainda o destino dado aos recursos financeiros no ano económico em apreciação. -----

----- Tendo em conta que o relatório de gestão é apenas um dos documentos de prestação de contas para uma completa e mais cuidada apreciação devem também ser analisados os dados inscritos nas restantes peças que o acompanham, designadamente, o balanço, demonstração dos resultados, mapa de execução orçamental, quer da receita quer da despesa quer das grandes opções do plano, mapa de fluxos de caixa, mapa de operações de tesouraria, anexo às demonstrações financeiras, notas ao balanço e demonstração de resultados, caracterização da entidade, relatório de gestão e certificação legal de contas. -----

----- Do relatório de gestão consta ainda um documento da responsabilidade do Revisor Oficial de Contas com a certificação legal de contas e o respetivo parecer, o relatório de contas apresentado pelo Município de Mogadouro, tendo em atenção a certificação legal das contas e o relatório anual do auditor externo apresenta de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos a posição financeira do município e os resultados das suas operações. -----

----- É, pois, neste sentido que propomos para aprovação o relatório de contas do ano de dois mil e dezassete, assim como todos os mapas que fazem parte das respetivas contas.” -----

----- Interveio o membro, Ilídio Granjo, e disse: -----

----- “A análise que nós fizemos ao documento que suporta a prestação de contas é obviamente e diametralmente diferente daquilo que, em princípio, foi muito rapidamente apresentado pelo senhor presidente da Câmara. Todavia, o documento que nos fora apresentado do relatório de contas para o ano de dois mil e dezassete é nem mais nem menos um compêndio de grandes folhas de grande complexidade e, julgo, de difícil análise e interpretação técnica para a maioria dos membros da Assembleia, o que me leva a crer que votam porque lhe solicitam, pelo que, pegando no pensamento e nas palavras do senhor presidente da Assembleia, na última reunião da conferência de líderes onde referiu que o executivo devia providenciar um técnico da área de contabilidade para assim fornecer informação mais detalhada sobre os documentos em apreço, facto com que todos concordamos. Porventura, ninguém quererá ser responsável por votações menos esclarecidas e, em caso de ilegalidades terem que as assumir restando-nos o relatório e certificação legal do revisor de contas que como o senhor presidente falou e muito bem, acreditando que as contas até estejam bem-feitas, mas o nosso voto a favor, certamente nos responsabilizaria por políticas do foro administrativo que são exclusivamente da gestão do Partido Socialista e só do Partido Socialista. --

----- Futuramente e, num gesto de boa-fé, que acreditamos que haja, solicitamos que, ao abrigo do Estatuto da Oposição e num prazo considerado razoável que acolham, se assim o entenderem, os nossos melhores contributos, por forma a melhorar este documento que para que não seja algo de algumas injustiças e até de desprezo vergonhoso em algumas freguesias como tem acontecido até aqui. Terá inteiramente ênfase o pacto de regime com a Autarquia, recentemente sugerido pelo nosso colega de bancada, Alfredo Ribeiro. -----

----- Senhor presidente, o concelho não é apenas e só o concelho de Mogadouro onde o PSD investiu fortemente na sua requalificação urbana também possui aldeias de uma paisagem deslumbrante, mas pouco encantadora porque, para além de não terem qualidade de vida estão desertificadas e amorfas, restando-lhe apenas os paralelos e o alcatrão. -----

----- Se é verdade que o executivo não diminuiu as verbas quando foram atribuídos os tais 500.000 euros, se é verdade que a população é menor e, provavelmente com a aplicação da lei também havia redução substancial da verba, mas não é menos verdade que as nossas freguesias precisam de mais dinheiro. -----

----- Todos sabemos que o interior do país vive uma situação análoga tendo em conta a diminuição da população e as ofertas de emprego porque, um dos problemas da desertificação também é económico. -----

----- Aquando da aprovação do plano plurianual e orçamento fomos muito críticos relativamente à aprovação de verbas para as freguesias, mormente, quando se dispõe de uma tesouraria confortável, aliás percebemos melhor as engenharias financeiras no apoio às juntas do PS, os valores dos contratos-programa mensurados e as restrições porque passam os presidentes das juntas do PSD. -----

----- A oposição porque foi e será crente à ideologia política de que gosta não pode deitar a toalha ao chão. Creio que o senhor presidente da Câmara, na sua qualidade de independente tudo fará para ouvir e pensar nas vossas inquietações não deixando de dar o melhor contributo, se ele vos receber. –

----- Da leitura do mapa de receitas vislumbra-se um município perigosamente dependente das transferências correntes por parte da Administração Central, o que representa um total de 74.33% das receitas, só para referir as transferências diretas, tendo o FEF a fatia de leão e em ano eleitoral até sofreu um ligeiro aumento. A receita de venda de bens e serviços correntes, receita exclusivamente gerada em resultado da ação do município sofreu uma diminuição. -----

----- Sendo, em resumo e, atendendo ao quadro da pág. 28, do compêndio que nos foi dado, há uma diminuição constante total da receita. Ressalva-se, o facto de o saldo da gerência que transita para o ano económico seguinte ser bastante inferior ao que transitou no ano anterior. Também é inegável um baixo nível de execução do PPI em que foi aprovado no orçamento de despesa um valor de €16.135.880,00 e dos quais somente foram executados €13.656.536,03. -----

----- Digno de registo é também o facto do ano 2016 para o ano 2017, do lado da despesa, se ter assistido ao aumento exponencial da rubrica de aquisição de serviços com um aumento de 5,26%, aquisição de bens com 17,56% e aumento estratosférico, aumentando de 268,41% do aumento da rubrica das outras despesas correntes, o que é sintomático. -----

----- Referência também para um facto que se vem verificando não só neste ano económico, bem como nos transatos, que se traduz num significativo abrandamento do crescimento da receita corrente, sendo que esta ainda é mais significativo na receita de capital, o que aliado a um significativo aumento dos recursos fixos o prazo nos fará cair numa condição que se pode traduzir em linguagem simples como tendo muitos encargos permanentes e aumentar os rendimentos e diminuir pese o número de funcionários venha a diminuir acentuadamente em contraponto com o número de contratados para exercerem funções que deviam ser exercidas por trabalhadores do município. -----

----- Da leitura do mapa da demonstração dos resultados apura-se um aumento de custos e perdas de €311.041.090,00 e os proveitos e ganhos diminuíram em €840.263,29, apurando-se afinal um resultado líquido negativo em €2.288.968,00. -----

----- Palavra merece também a diminuição da receita de capital esta que está diretamente relacionada e é o barómetro voltado para o investimento ou não de qualquer executivo municipal, pois que, tal como na economia da empresa é impensável que se invista só por recurso a capitais próprios e aqui é claro a falta de investimento no concelho, ao que acresce o facto da captação e da execução do financiamento resultantes dos fundos estruturais ser já e, é hábito diminuto confirmado pelos valores dos fundos comunitários recebidos que em dois mil e dezassete se cifrou no total de €319.538,00, isto é, uma ninharia em relação ao passado recente. -----

----- No quadro das transferências correntes do município, vejamos com grande preocupação para o facto de a despesa com as freguesias do concelho ter diminuído quer nas despesas de capital quer nas transferências de capital do ano dois mil e dezasseis para o ano eleitoral de dois mil e dezassete, sendo certo que o facto do grosso das freguesias terem executivo do PSD, nada teve a ver com esta diminuição. -----

----- Por último e, em relação ao que foi dito no parágrafo anterior o valor recebido pelo município resultante das participações quer da Administração Central quer dos fundos comunitários diminuiu em €1.810.464,00. Devo dizer que estes números já foram anunciados na reunião do executivo camarário, mas era importante trazê-los aqui à coação e ao conhecimento aos senhores membros da Assembleia pelo que, face ao exposto os eleitos da Coligação TODOS POR MOGADOURO, em consonância política com a posição assumida pelos nossos vereadores que constituem o executivo municipal vai reger-se pela abstenção, pese embora o facto de termos fortes razões para até votar contra, todavia fica aqui a ressalva e tendo em conta que muitos dos senhores que hoje estão aqui, mas não estiveram na Assembleia anterior não se pronunciaram sobre a elaboração do Plano de Atividades e Orçamento, como não se pronunciaram não fazia sentido também agora apelar a que votassem contra se bem que o mereciam e por respeito que temos por todos aqueles que estão aqui de novo, a nossa posição será de abstenção.” -----

----- Interveio o membro, António de Jesus Cordeiro, que disse: -----

----- “Antes de iniciar a minha intervenção quero dizer que estou de acordo com o que disse o deputado, Ilídio Granjo, que isto é uma documentação muito complexa que não está naturalmente ao alcance de todos. Está naturalmente também dependente o orçamento da Câmara das transferências correntes porque o nosso município é um município pequeno não tem muita população e não tendo muita população tem que estar

imperiosamente dependente das receitas do Estado e das receitas do Estado são as receitas correntes que são as que têm mais impacto. -----

----- O assunto da prestação de contas do ano de dois mil e dezassete. Todos nós recebemos toda a documentação necessária para podermos fazer uma análise sucinta de como a Câmara arrecadou a receita e de como se processou a despesa no decorrer do ano de dois mil e dezassete. -----

----- Sobre os documentos, sua organização não nos pronunciaremos porque entendemos não ser necessário. As contas foram elaboradas respeitando escrupulosamente as regras legais definidas no POCAL, como de resto é reconhecido pelos auditores. Pôr em causa o não respeito pelas regras definidas no POCAL significaria pôr em causa o serviço do setor da Contabilidade da câmara, penso que nenhum de nós o fará. Temos de confiar nos nossos serviços, mas acima de tudo existem os serviços do avençado revisor de contas que tem a obrigação de estar atento porque quando qualquer coisa falhe por parte dos serviços chamarem atenção dos responsáveis porque o que nos é dito por eles e por outros as contas estão corretas, pelo que só nos resta aprová-las porque não as aprovar sem argumento plausível seria muito grave. A oposição na câmara pugnou a sua posição em relação às mesmas pela abstenção, alegando que como não tinham feito parte da anterior Câmara e como tal seria essa a posição mais correta, foi o seu entendimento, diga-se, é aceitável, mas imaginemos que o elenco que constitui a assembleia municipal era todo a iniciar o mandato, pela mesma razão se abstinha e as contas não seriam aprovadas porque a abstenção não reprovava, mas também não aprova, por conseguinte que ninguém tenha relutância em aprovar as contas mesmo que estejam em início de mandato, mas cada um é livre de expressar a sua posição como muito bem entender. -----

----- Quanto às contas em si mesmas não irei relatar muitos números porque tornar-se-ia muito fastidioso. Para quem as quiser consultar, queria dizer somente o seguinte, no aspeto social a Câmara continuou a apoiar os mais carenciados na habitação, nos medicamentos, no transporte de doentes oncológicos, em cabazes de natal, quarenta e três, a pessoas carenciadas, as Associações Humanitárias de Bombeiros, Cruz Vermelha, Comissões Fabriqueiras, igualmente foram apoiadas, diversos eventos foram patrocinados, feira dos Gorazes, feira dos Produtos a Terra, Festival da Terra Transmontana, Red Burros, etc.. Continuou-se a apoiar a agricultura, na melhoria dos acessos, nos concursos pecuários, quer no pagamento de 50% nas despesas com a ADS, o IRS está a ser cobrado pela taxa mínima em que todos somos beneficiados. Há pessoas que pensam que fazer obra é somente construir muros, estradas, ruas, saneamentos, etc., mas nós entendemos que ajudar socialmente os que mais necessitam é uma grande e boa obra. -----

----- Quanto às atividades desenvolvidas em obra física não vamos escarpelizar mais o assunto, tanto mais que as mesmas constam do relatório. Houve uma redução na obtenção de fundos comunitários em relação ao ano anterior de €426.245,69 devido ao atraso por indefinição prolongada no Quadro de Apoio Estratégico Norte 2020. O Fundo de Apoio Municipal continua a levar dos cofres do município anualmente €99.531,00, mesmo assim a execução orçamental situou-se a um bom nível, cerca de 70% do orçamento das receitas de capital já que o orçamentado nas despesas correntes foi cumprido quase a 100%. Os impostos indiretos renderam menos €76.816, 00 do que no ano anterior, quer dizer menos encargos para o pessoal residente. A dívida de médio e longo prazo continua a reduzir e a redução este ano foi de €705.629,09, ou seja, para o corrente ano passou a ser a dívida de €2.201.153,00. Podemos dizer que para o nosso município é uma dívida insignificante, tanto mais que o dinheiro que transita para o orçamento atual que corresponde ao saldo do final de dezembro praticamente anula o saldo da dívida. Está-se a proceder à instalação da Contabilidade Analítica e assim seguramente ficaremos a saber exatamente qual o investimento que a câmara gasta nas obras por administração direta, por conseguinte, a dívida do município para o corrente ano e seguintes pode dizer-se que não é significativa. Pode a câmara, se assim o entender, e sempre que for necessário recorrer a empréstimo. -----

----- Quanto a obras, como já dissemos o Quadro Comunitário demorou muito tempo a ser definido e o atraso não nos ajudou, a próprio recurso fez-se obra física e continua a fazer, a ligação do Castelinho à Zona Industrial, a Casa das Associações, a estrada de ligação de Valverde a Meirinhos, a ligação da Zona Industrial ao IC5 e apenas para referir algumas, outras vão entrar na calha brevemente e digo que a câmara, dentro das suas possibilidades cumpriu bem o seu papel. -----

----- Dizer que a Câmara se encontra mergulhada num pântano, desculpem que lhes diga. Eu ainda nunca ouvi falar de corrupção nem de coisas do género, mergulhada num pântano, eu acho que não, para dizerem isso é sinal que ignoram por completo o que foram câmaras passadas, mas da responsabilidade do PSD, algumas delas pelo menos, não me estou a referir às três últimas, às anteriores que, eu me quero referir, foram um verdadeiro desastre. Entende-se que a oposição queira marcar a sua posição, não queira apreciar pela positiva, mas há comentários que se dispensam. -----

----- Concluindo e dentro do que nos é apresentado, a ação da Câmara foi muito positiva e como tal merece o nosso apoio e que irá traduzir-se na aprovação do relatório e prestação de contas, pelo que inequivocamente iremos aprová-lo.” -----

----- Após apreciação e discussão, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor do Partido Socialista e dezanove (19) abstenções da Coligação TODOS POR MOGADOURO PPD/PSD-CDS.PP, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os documentos da prestação de contas relativos ao ano financeiro de dois mil e dezassete, o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação. -----

----- Nos termos do que dispõem os artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal apreciou ainda os documentos da certificação legal das contas apresentados pelo revisor oficial de contas.

----- Neste momento, o senhor presidente da Assembleia informou que a senhora presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, tinha pedido licença para se ausentar durante uma hora para o período de amamentação. -----

----- **2.3 1.ª REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO 2018 – ANÁLISE E APRECIACÃO:** - Ouvida a explicação dada pelo senhor presidente da Câmara, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a primeira revisão do plano plurianual de investimentos do ano de dois mil e dezoito, na importância de trezentos e trinta e um mil euros (€331.000,00), em inscrições/reforços e em anulações/diminuições. -----

----- **2.4 1.ª REVISÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA DO ANO 2018 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Ouvida a explicação dada pelo senhor presidente da Câmara, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a primeira revisão do orçamento municipal da receita do ano de dois mil e dezoito, na importância de um milhão, oitocentos e cinte e três mil, trezentos e sessenta e um euros e catorze cêntimos (€1.823.361,14), em anulações/diminuições e em inscrições/reforços. -----

----- **2.5 1.ª REVISÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA DO ANO 2018 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Ouvida a explicação dada pelo senhor presidente da Câmara, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a primeira revisão do orçamento municipal da despesa do ano de dois mil e dezoito, na importância de trezentos e trinta e um mil euros (€331.000,00), em inscrições/reforços e em diminuições/anulações. -----

----- 2.6 ASSEMBLEIA DISITRITAL DE BRAGANÇA – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGANÇA (ARTIGO 2.º DO ANEXO DA LEI N.º 36/2014, DE 26 DE JUNHO) – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Após apresentação deste assunto pelo senhor presidente da Assembleia, foi pedida a palavra pelo membro, Ilídio Vaz, que apresentou a seguinte intervenção: -----

----- “Na conferência de líderes tive a ocasião de dizer aos meus colegas da qual fazem parte de que este ponto não tem ponto por onde se pegue. Eu pertenci a esta assembleia oito anos, normalmente nunca havia quórum, remetia-se sempre para o mês seguinte porque os presidentes de Câmara e os presidentes das Assembleias e também os presidentes de Junta não estavam para se maçar para ir a Bragança. O presidente da Assembleia sustenta-se na lei e realmente a Constituição ainda reza que as assembleias distritais existem. Como não foi alterada a Constituição, só que saiu uma Portaria e extinguiu-as. A Assembleia Distrital foi extinta com o nascimento da CIM. O património foi passado para a CIM. Caiu em descrédito só existiu para aprovar o orçamento para pagar a revista Brigantia que, agora paga a Comunidade. Eu acredito que não vai nunca funcionar, sei que tem que ser alguém, mas nós não vamos apresentar aqui ninguém, nenhuma candidatura porque sabemos que é maçador e que não vai funcionar. Eu tenho o texto de quando foi extinta e como foi extinta.” --

----- Interveio o membro, Manuel Varandas, e disse: -----

----- “Foram extintos os governos civis, praticamente não vai funcionar, mas nós teríamos de apresentar um nome e sendo assim não será necessário elegê-lo ... iremos proceder à eleição por voto secreto, como refere a lei e apresentamos o presidente da Junta de Freguesia de Paradela, Francisco José Telo Afonso.” -----

----- Apresentada à mesa a proposta de lista do membro candidato e representante das Juntas de Freguesia do concelho, Francisco José Telo Afonso, presidente da Junta de Freguesia de Paradela, o senhor presidente da Assembleia propôs a eleição por escrutínio secreto, conforme dispõe o artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----- Atendendo ao solicitado no ofício circular número um, de dez de abril de dois mil e dezoito, proveniente da Assembleia Distrital de Bragança, assinado pelo presidente da mesa da Assembleia Distrital cessante, António dos Santos Pires Afonso e, após o resultado da votação por escrutínio secreto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com o seguinte resultado, vinte e cinco (25) votos a favor, oito (8) votos em branco e três (3) votos nulos, aprovar a lista candidata denominada de letra “A” e indicar o presidente da Junta de Freguesia de Paradela, Francisco

José Telo Afonso, para representar a Assembleia Municipal de Mogadouro na Assembleia Distrital de Bragança. -----

----- Eram doze horas e quarenta e cinco minutos, quando a presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, Silvina Nogueira Nunes Pereira tomou, novamente assento na Assembleia, após saída para o período de amamentação. -----

----- **2.7 PROPOSTA DE ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO À ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS – ACEITAÇÃO DOS ESTATUTOS – PAGAMENTO DA QUOTA ANUAL DO ANO DE 2018 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Sobre o assunto foi presente a proposta do senhor presidente da assembleia que passo a transcrever: -----

“Considerandos: -----

- De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 46.º da Constituição, os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respetivos fins não sejam contrários à lei penal; -----
- A ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais é uma assembleia de direito privado, constituída por escritura pública de 7 de maio de 2016, que se rege pelos respetivos estatutos e pelas disposições do Código Civil; -----
- De acordo com o n.º 1 do art.º 2.º, dos seus estatutos, constitui objeto da ANAM a valorização do papel das assembleias municipais na organização democrática dos municípios; -----
- Ao abrigo do disposto no art.º 3.º dos referidos estatutos são associadas da ANAM as Assembleias Municipais, representadas pelos seus respetivos presidentes, que manifestem a sua vontade em aderir a esta associação; -----
- A Assembleia Geral da ANAM reunida em 25/03/2017 aprovou, por unanimidade, a fixação do valor das quotas para o ano de 2017 a pagar pelas suas associadas, cabendo, à Assembleia Municipal de Mogadouro pagar o montante de €1.250,00 (municípios de 10.000 a 40.000 eleitores: €1.250,00); -----
- A Assembleia Municipal de Mogadouro pretende ser associada da ANAM, face à importância desta associação na valorização do papel das assembleias municipais, enquanto órgãos representativos dos

Municípios dotados de poderes deliberativos, que visam a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, com competências de fiscalização sobre os executivos municipais, nos termos legais; -----

— A Assembleia Municipal de Mogadouro, em sua sessão ordinária de 30 de junho de 2017 tomou conhecimento, através de informação prestada pelo seu presidente, da criação da Associação Nacional das Assembleias Municipais, da escritura, que já tinha sido feita deliberando, por unanimidade, manifestar o apoio para fazer parte da mesma. Não foram, no entanto, aprovados a adesão, os estatutos porque se rege a referida associação nem o pagamento da quota anual; -----

— Compete ao presidente da Assembleia Municipal representar a Assembleia Municipal, de acordo com a al. a) do n.º 1 do artigo 30.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo que irei propor, ao abrigo do previsto na al. k) do n.º 2 do artigo 25.º, anexo I da referida Lei, que o plenário da Assembleia Municipal delibere aprovar: -----

1. A aprovação dos Estatutos da ANAM-Associação Nacional das Assembleias Municipais, em anexo, que acompanham esta proposta.
2. A adesão da Assembleia Municipal de Mogadouro à ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, sendo representada pelo respetivo presidente. -----
3. O pagamento da quota anual para o ano de 2018, no valor de €1.250,00, aprovada em 25.03.2017 pela Assembleia Geral da ANAM e que a Direção propôs no 2.º Encontro Nacional de Presidentes de Assembleia Municipal que se mantenha no ano de 2018, conforme cópia que se junta.” -----

----- Interveio o membro, Ilídio Granjo, para dizer o seguinte acerca deste tema: -----

----- “Fui um dos principais percussores do anteprojecto que criou a ANAM porque houve várias reuniões a nível distrital e nacional, disse entender que este projecto será, desde que bem sucedido, o motor da sustentabilidade das Assembleias Municipais, ou seja, assim como as Juntas de freguesias têm a sua associação que é a ANAFRE, assim como as Câmaras Municipais têm a sua associação que é a ANMP, criou-se ao longo destes anos um vazio sobre a existência ou não de um órgão também que protegesse as Assembleias Municipais. -----

----- Tenho conhecimento que já há acordos a nível da Assembleia da República para preparar e regular o novo funcionamento do sistema eleitoral das Assembleias Municipais. Neste momento, o que temos reparado é que há uma perca de vitalidade em termos de funcionamento e essa perca de vitalidade é tão ou mais expressiva como nos temos queixado e como os Presidentes de Junta se queixam e com razão de que deviam ter alguém que a nível do município os ajudasse criando o tal grupo e disse muito bem a sra. presidente da junta de São Martinho, os próprios presidentes de junta criarem um núcleo que os proteja a eles próprios, isto poderá eventualmente, no futuro poder vir acontecer, como também pode vir, no futuro, acontecer que as Assembleias Municipais contenham só eleitos políticos. Eu exorto a todos da nossa bancada para que votem favoravelmente este assunto.” -----

----- Analisada a proposta, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quarenta (40) votos a favor e uma (1) abstenção, aprovar a adesão da Assembleia Municipal de Mogadouro à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, aceitar a proposta dos estatutos, conforme apresentada e o pagamento da quota anual para o ano de dois mil e dezoito no valor de mil duzentos e cinquenta euros (€1.250,00). -----

----- **2.8 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – PARA CONHECIMENTO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem, datada de dez de abril corrente, enviada pela Câmara Municipal sobre os Compromissos Plurianuais – Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos, de contratos iniciados no ano de dois mil e quinze e a terminarem no ano de dois mil e vinte e um. -----

2.9 OUTROS ASSUNTOS

----- **COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – NOMEAÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA:** - Após apresentação do assunto pelo senhor presidente da Assembleia, pediu para intervir o membro, Manuel Varandas e disse: -----

----- “Na preparação desta Assembleia ainda não tinha chegado esta informação do Gabinete Técnico Florestal, foi depois enviada por *e-mail* e todos tiveram conhecimento. Pede para serem nomeados até cinco presidentes das Juntas de Freguesia do concelho para fazerem parte da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Conversei com o líder, membro, Ilídio e como as quatro freguesias com maior risco são naquela corda e nós temos alguns presidentes de junta e eles têm outros, decidimos nomear quatro elementos e seriam pelo PS, Carlos Alberto Telo Figueira, de Meirinhos, pelo PSD, Luís Pedro Martins Lopes,

de Peredo da Bemposta, pelo PS, Pedro Manuel Folhento Bento Pires e pelo PSD, Agostinho Joaquim Fernandes, da União de Freguesias de Sanhoane e Castanheira. Penso que neste caso a assembleia aceitará os quatro nomes sem ser necessário votação.” -----

----- Após entendimento e, por proposta conjunta dos Grupos Parlamentares do Partido Socialista e da Coligação TODOS POR MOGADOURO PPD/PSD-CDS.PP, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nomear os seguintes presidentes de Freguesia para integrarem a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, tal como exposto no Capítulo II, Secção I, alínea b) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho e alterado pela Lei n.º 27/2017, de 17 de agosto, solicitado pelo Gabinete Técnico Florestal do Município, em informação datada de vinte de abril de dois mil e dezoito: -----

- Carlos Alberto Telo Figueira, presidente da Junta de Freguesia de Meirinhos; -----

- Luís Pedro Martins Lopes, presidente da Junta de Freguesia de Peredo da Bemposta; -----

- Pedro Manuel Folhento Bento Pires, presidente da Junta de Freguesia de Bemposta; -----

- Agostinho Joaquim Fernandes, presidente da União de freguesias de Sanhoane e Castanheira. -----

----- ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DAS SESSÕES DO ÓRGÃO DELIBERATIVO VIA E-MAIL:

- Foi apresentada a seguinte proposta de envio, de carácter livre, da documentação das sessões ordinárias, via *e-mail*, em substituição da informação em papel que adiante se traduz: -----

----- “A utilização de papel é um dos principais motivos da desflorestação do mundo. A realidade é que o papel é essencial no dia-a-dia a grande parte da população, sendo muitas vezes utilizado de forma indevida e até exagerada. Contudo existem formas de evitar o seu desperdício e assim economizar papel diminuindo o seu impacto sobre os recursos naturais. ----

----- Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Mogadouro decidiu contribuir para a sensibilização “Economize papel. Pense antes de imprimir”. -----

Neste sentido é proposto aos membros desta Assembleia que se revêm nesta política de poupança de papel a possibilidade de aderirem ao envio da informação das sessões ordinárias por *e-mail* em substituição da documentação em papel, procedendo assim à sua inscrição na tabela. Colabore com um ambiente mais sustentável.” -----

----- Sobre este assunto interveio o membro, Ilídio Granjo, para dizer: ----

----- “A proposta de adesão às novas tecnologias é pertinente. Eu suponho que são necessárias à volta de 500 árvores para fazer um quilo de papel branco. Também sou apologista que temos que nos ambientar aos meios

informáticos, mas também tenho conhecimento de muitas restrições que muita gente tem. Vejam este caso, o que é isto que é uma areia num deserto. Não faz sentido, se nos foram confiados dois *ipad's* e não temos acesso à *internet*. Agora eu pergunto, numa câmara onde se gasta tanto dinheiro de uma forma quase que desnecessária será demais integrarem no plano das comunicações duas *internet's*, uma para mim e outra para o líder parlamentar da bancada do PS e para as duas secretárias? Pediu à câmara que refletissem sobre uma medida que, sendo benéfica para o município porque pouco mais pagam por isso, mas que não nos retirem a possibilidade de termos acesso à *internet* no meio próprio.” -----

----- **APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem enviada pela Câmara Municipal sobre o apoio concedido às iniciativas empresariais de criação de emprego no concelho. -----

----- **MOÇÃO A APRESENTAR À CIM-TTM SOBRE OS SISTEMAS DE RETENÇÃO DE ÁGUA PARA OS INCÊNDIOS E REGADIO:** - O presidente da Assembleia sobre o assunto disse: -----

----- “Todas as Assembleias do Distrito deveriam ter uma única moção nesse sentido porque o interesse é comum a todas. Temos que a colocar e já deveria ter sido feito e já alertei para essa situação na outra Assembleia. Já devia ter sido elaborada por todos. A minha dúvida é se a elaboramos em separado se com a Assembleia Municipal de Miranda do Douro. O planalto tem características muito específicas e que nos dizem só respeito a nós. Deixo isso à vossa consideração, gostava que se pronunciassem sobre esse aspeto. Eu tenho a preocupação de a apresentar quanto antes porque eu não vou concordar com situações que sejam apresentadas independentemente pela câmara de Bragança ou pela câmara de Vimioso. Vou votar contra porque tenho as minhas razões e as minhas razões são as vossas.” -----

----- A Assembleia Municipal foi unânime em deliberar que seja levada ao conhecimento da reunião da CIM-TTM, que ocorrerá na próxima segunda-feira, em Bragança, a deliberação aqui tomada sobre a preocupação de implementação de um sistema de retenção de água para os incêndios e regadio no concelho de Mogadouro. -----

----- **ENTREGA DE DIPLOMAS AOS PARTICIPANTES NA AÇÃO DE FORMAÇÃO SOBRE O NOVO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS:** - O senhor presidente da Assembleia deu ordens para se proceder no final da sessão à entrega dos diplomas aos participantes que estiveram presentes nos dois dias da ação de formação sobre o novo Código dos Contratos Públicos, que teve lugar no dia vinte e quatro de março e sete de abril do corrente ano. -----

----- **LEITURA DA ATA EM MINUTA:** - No final da sessão e, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, anexo I, da Lei n.º 75/2018, de 12 de setembro e do n.º 6 do artigo 34.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, com vista à executoriedade imediata, a segunda secretária da Mesa, Carla Lousão, procedeu à leitura da ata em minuta que foi aprovada, por unanimidade. -----

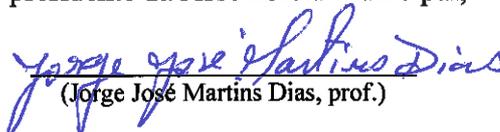
----- Eram treze horas e trinta minutos, quando o senhor presidente da Mesa, deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, coordenadora técnica do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal e funcionária no núcleo de apoio da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi: -----

A funcionária de apoio ao núcleo da Assembleia Municipal,



(Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira)

O presidente da Assembleia Municipal,



(Jorge José Martins Dias, prof.)